


<p><b>MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL</b> <b>2024/300.10.005/1485 - Aquisição Workstations, Óculos</b> <b>Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by</b> <b>Portugal - FC108 - 2024</b></p>	 <p>MUNICÍPIO <b>PORTO DE MÓS</b> SOMOS TODOS NÓS.</p>
--	---

Referência Interna: 25341 / 2024

## CADERNO DE ENCARGOS

## Índice

Cláusulas Gerais .....	3
Objeto .....	3
Contrato .....	3
Vigência do Contrato .....	4
Local do Fornecimento do Bem .....	4
Preço Base .....	4
Condições de Pagamento .....	4
Preço Contratual .....	5
Preço Anormalmente Baixo .....	5
Condições do Fornecimento .....	5
Obrigações do Fornecedor .....	5
Conformidade e garantia técnica .....	6
Obrigações do Contraente Público .....	6
Penalidades Contratuais .....	7
Força Maior .....	8
Resolução por parte do Contraente Público .....	9
Resolução por parte do Fornecedor .....	10
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	10
Dever de Sigilo .....	10
Patentes, Licenças e Marcas Registadas .....	11
Caução .....	11
Foro Competente .....	11
Legislação Aplicável .....	11
Comunicação e Notificação .....	11
Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação .....	12
Contagem de Prazos .....	12
Gestor do Contrato .....	13


**Cláusulas Gerais**  
**Cláusula 1ª**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação da **Aquisição Workstations, Óculos Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by Portugal**
2. Bem a adquirir conforme características técnicas que constam no Anexo I ao presente caderno de encargos e que é parte integrante deste.

**Cláusula 2ª**  
**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O Presente Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta Adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em casos de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são aí indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º do referido diploma.

<p><b>MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>  2024/300.10.005/1485 - Aquisição Workstations, Óculos  Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by  Portugal - FC108 - 2024</p>	 <p>MUNICÍPIO  <b>PORTO DE MÓS</b>  SOMOS TODOS NÓS.</p>
---	---

### **Cláusula 3ª** **Vigência do Contrato**

O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará durante sessenta dias.

### **Cláusula 4ª** **Local do Fornecimento do Bem**

O fornecimento será na Câmara Municipal de Porto de Mós – FabLab

### **Cláusula 5ª** **Preço Base**

1. O preço base é **132.889,20€ (cento e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos)** sendo este o valor máximo que o Município de Porto de Mós se dispõe a pagar pelo fornecimento, não podendo a proposta ultrapassar este montante, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. Este preço base foi determinado com base numa Consulta Preliminar ao Mercado, artigo 35.º-A do CCP;
3. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Porto de Mós pagará ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como, quaisquer encargos decorrentes de marcas registadas, patentes ou licenças e decorrentes do fornecimento.

### **Cláusula 6ª** **Condições de Pagamento**

1. A quantia devida pelo Município e Porto de Mós, nos termos das cláusulas anteriores deve ser paga no prazo de 60 dias, após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s) e as quais só podem ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Em caso de discordância por parte do Município de Porto de Mós quanto o valor indicado na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto do n.º 1, a(s) fatura(s) será(ão) paga(s) através transferência bancária.
4. Só devem ser faturados os bens efetivamente fornecidos;

**Cláusula 7ª**  
**Preço Contratual**

Pelo fornecimento objeto do contrato, o Município de Porto de Mós pagará ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.

**Cláusula 8.ª**  
**Preço Anormalmente Baixo**

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 40% do preço base.

**Cláusula 9ª**  
**Condições do Fornecimento**

O fornecimento só será efetuado após a data da adjudicação e com os bens em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam.

**Cláusula 10ª**  
**Obrigações do Fornecedor**

1. Obrigações principais do Fornecedor:
  - 1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Fornecedor as seguintes obrigações principais:

- 1.1.1. Executar o Fornecedor dos bens que lhe forem adjudicados, com observância das normas vigentes e que se relacionem com o fornecimento em causa, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - 1.1.2. Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município de Porto de Mós;
  - 1.1.3. Prestar as informações que forem solicitadas pelo Município de Porto de Mós;
  - 1.1.4. Garantir o cumprimento de todas as normas de segurança legalmente previstas.
- 1.2. Entregar documentos solicitados no Convite;
  - 1.3. A título acessório, o Fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 11ª**  
**Conformidade e garantia técnica**

1. Os bens a fornecer objeto do contrato devem ser fornecidos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
2. O Fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante, por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato que exista no momento em que o bem for fornecido.

**Cláusula 12ª**  
**Obrigações do Contraente Público**

1. Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao Fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, o qual não pode ser superior ao preço base fixado no convite.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas, principais e acessórias, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, as despesas de transporte para o local de entrega, de instalação, de assistência, de atendimento, de apoio e de verificação da conformidade do serviço, documentos e demais prestações contratuais com as características, especificações, requisitos, exigências e obrigações técnicas, legais e contratuais definidos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças ou por conta de direitos de propriedade intelectual.
3. Fiscalizar o cumprimento dos deveres do Fornecedor, solicitando todos os dados que considere necessário para o efeito.

**Cláusula 13ª**  
**Penalidades Contratuais**

1. No caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente as estabelecidas no presente caderno de encargos o Município de Porto de Mós pode exigir ao Fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do bem objeto do contrato, será exigido ao Fornecedor o pagamento, a título de sanção pecuniária de uma multa diária, no montante de 1% do valor do fornecimento do bem por cada dia de atraso contratual;
  - b) O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Porto de Mós decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado a 30% do preço contratual de acordo com definido no artigo 329º do CCP;
  - c) Para efeitos de incumprimento do contrato, a gravidade e a graduação das sanções contratuais será aferida de acordo com os seguintes critérios: a duração da infração, o grau de culpa do Fornecedor, a existência de

prática reiterada e as consequências objetivas do incumprimento, cuja graduação será considerada por ordem crescente dos seguintes factos:

1º Atrasos no fornecimento do Bem;

2º Não fornecimento do Bem;

3.º Fornecimento defeituoso do Bem;

d) As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que Município de Porto de Mós exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 14ª** **Força Maior**


1. Não podem ser impostas penalidades ao Fornecedor, nem havida como incumprimento, o não cumprimento pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem o fornecimento mas que sejam alheias à vontade da parte afetada, e que o Fornecedor, não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constitui motivos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem motivos de força maior:
  - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Fornecedor na parte que intervenham;
  - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Fornecedor, ou a grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - 3.4. Manifestações populares devido ao incumprimento pelo Fornecedor das normas legais;



- 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Fornecedor, sem ser por motivo de sabotagem;
- 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação;
5. Quando uma das partes não aceite, por escrito, que certa ocorrência invocada pela outra constituía força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos;
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;
7. Sem prejuízo do disposto do n.º 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou se 1 (um) no caso do Fornecedor, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução do contrato, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330º do CCP.

**Cláusula 15ª**  
**Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do Contrato previstos na Lei, o Município de Porto de Mós pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente:
  - a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais de acordo com as especificações técnicas;
  - b) O fornecimento do bem objeto do contrato superior a 3 dias ou declaração escrita do Fornecedor de que o atraso excederá esse prazo;

<p style="text-align: center;"><b>MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>  <b>2024/300.10.005/1485 - Aquisição Workstations, Óculos</b>  <b>Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by</b>  <b>Portugal - FC108 - 2024</b></p>	 <p style="text-align: center;">MUNICÍPIO  <b>PORTO DE MÓS</b>  SOMOS TODOS NÓS.</p>
--	---

- c) Pela violação, de forma grave ou reiterada, de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente Caderno de Encargos.

**Cláusula 16ª**  
**Resolução por parte do Fornecedor**


Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Fornecedor pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332º do CCP.

**Cláusula 17ª**  
**Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

O Fornecedor não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, de acordo com o previsto no artigo 316.º do CCP.

**Cláusula 18ª**  
**Dever de Sigilo**

1. O Fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Porto de Mós, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
3. Excluir-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

<p><b>MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>  2024/300.10.005/1485 - Aquisição Workstations, Óculos  Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by  Portugal - FC108 - 2024</p>	 <p>MUNICÍPIO  <b>PORTO DE MÓS</b>  SOMOS TODOS NÓS.</p>
---	---

**Cláusula 19ª.**  
**Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

1. São da responsabilidade do Fornecedor quaisquer encargos decorrentes da utilização, do fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças;
2. Caso o contraente público venha a ser demandado, por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Fornecedor indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Cláusula 20ª**  
**Caução**

Não é exigida, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**Cláusula 21ª**  
**Foro Competente**


Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 22ª**  
**Legislação Aplicável**

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

**Cláusula 23ª**  
**Comunicação e Notificação**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes identificadas no contrato;
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte;

<p style="text-align: center;"><b>MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS</b>  <b>CÂMARA MUNICIPAL</b>  <b>2024/300.10.005/1485 - Aquisição Workstations, Óculos</b>  <b>Vr, Portáteis e Tablet - Agenda Mobilizadora Stone by</b>  <b>Portugal - FC108 - 2024</b></p>	 <p style="text-align: center;"><b>MUNICÍPIO</b>  <b>PORTO DE MÓS</b>  SOMOS TODOS NÓS.</p>
--	--

3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469º do CCP.

**Cláusula 24ª**  
**Notificação de Adjudicação e Documentos de Habilitação**

1. Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, a decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação de decisão de adjudicação, o Fornecedor obriga-se a entregar toda a documentação necessária à adjudicação, no prazo de 5 dias após a adjudicação, em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP, nomeadamente:
  - a) Declaração do Anexo II, alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do CCP;
  - b) Documento comprovativo em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (Declarações de não Dívida à Segurança Social e Finanças e Registos Criminais).

**Cláusula 25ª**  
**Contagem de Prazos**

A contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

**Cláusula 26ª**  
**Gestor do Contrato**

Nos termos do artigo 290º-A do CCP é designado gestor do contrato para este procedimento, Rui Infante, a desempenhar funções na FABLAB - Gabinete de Informática da Câmara Municipal de Porto de Mós, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura  
Qualificada] José  
Jorge Couto Vala

Digitally signed by [Assinatura  
Qualificada] José Jorge Couto  
Vala  
Date: 2024.12.09 17:44:51  
+00:00

---

José Jorge Couto Vala

## **Anexo I – Características Técnicas**

### **1. 20 Workstation professional**

- 1.1.Processador: Intel® Core™ i7 14th Gen ou superior (33 MB cache, 20 cores, 28 threads, 2.1 GHz to 5.4 GHz) ou equivalente;
- 1.2.Memória RAM: 32GB DDR 5, 5600 MT/s (mínimo);
- 1.3. Disco: SSD M.2 de 512 GB PCIe NVMe, 4.ª Geração, Classe 40 (mínimo);
- 1.4. Placa gráfica: NVIDIA® T1000, GDDR6 de 4 GB ou equivalente;
- 1.5.Teclado: Português (QWERTY);
- 1.6.Rato: Ótico;
- 1.7.Sistema operativo: Windows 11 Pro, Inglês, Francês, Italiano, Português, Espanhol;
- 1.8.Monitor: 24" (modelo de referência DELL P2425H) ou equivalente;
- 1.9.Resolução máxima predefinida (mínimo) /Taxa de refrescamento - 1920x1080/ 100 Hz;
- 1.10. Brilho - 250 cd/m<sup>2</sup>;
- 1.11. Pixel Pitch - 0.2745 mm x 0.2745 mm;
- 1.12. Pixel Per Inch (PPI) - 92.53;
- 1.13. Contrast Ratio – 1,500:1;
- 1.14. Ajustabilidade - Altura, inclinação, rotação, pivô;
- 1.15. Garantia: 3 anos de garantia de base.

### **2. 4 Estações de trabalho portáteis**

- 2.1.Processador: Intel Core i7 Ultra processors (Series 1) 165H ou superior (24 MB cache, 16 cores, 22 threads, up to 5 GHz) ou equivalente;
- 2.2.Memória RAM: 32GB DDR 5, 7467 MT/s (mínimo);
- 2.3.Disco: SSD M.2 de 1 TB, PCIe NVMe Gen4 x4, Class 40 SSD (mínimo);
- 2.4.Placa Gráfica: NVIDIA RTX 1000 Ada Generation, 6GB GDDR6 (ou equivalente);

2.5. Monitor: 15";

2.6. Teclado: Português (QWERTY);

2.7. Rato: Ótico;

2.8. Conetividade: Wi-Fi e Bluetooth de última geração;

2.9. Sistema operativo: Windows 11 Pro, Inglês, Francês, Italiano, Português, Espanhol;

2.10. Garantia: 3 anos de garantia de base.

### **3. 25 Óculos de Realidade Virtual/Aumentada**

3.1. Óculos de Realidade Aumentada, com processador Snapdragon de última geração ou equivalente, sistema operativo Android 12 e capacidade de armazenamento 128Gb;

3.2. Óculos de Realidade Virtual, com processador Qualcomm XR-I SmartViewer ou equivalente, Dual display 1080p, câmara 8Mp, headphones e microfone integrados.

### **4. 1 Tablet**

4.1. Processador: Qualcomm, Snapdragon ou equivalente;

4.2. Memória RAM: 8Gb (mínimo);

4.3. Armazenamento: 128GB (mínimo);

4.4. Monitor: 11";

4.5. Conetividade: Wi-Fi e Bluetooth de última geração;

4.6. Sistema operativo: Android 12 (mínimo);

4.7. Garantia: 2 anos de garantia de base.

## **5. 2 Drones**

- 5.1. Estabilizador de 3 Eixos com Sistema de Três Câmaras;
- 5.2. Câmara Ângulo Largo 4/3 CMOS de 20MP com 5.1K;
- 5.3. Teleobjectiva com Zoom até 12MP;
- 5.4. Modos Inteligentes de Voo;
- 5.5. Até 40 Minutos de Tempo de Voo;
- 5.6. Transmissão com Alcance de 9.3 Milhas;
- 5.7. Evitamento Omnidirecional;
- 5.8. Comando RC